

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, consoante ao Decreto - lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, regulamentada pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, alterado pelo Decreto nº 6.635, de 05 de novembro de 2008, tem por escopo:

- a) Realizar aprendizagem industrial em escolas instaladas e mantidas pela instituição ou sob a forma de cooperação;
- b) Assistir as empresas na elaboração e execução dos programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação, e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;
- c) Proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completar em curso de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho;
- d) Conceder bolsa de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a empregados de empresa contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio SENAI;
- e) Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas;
- f) Funcionar como órgão consultivo do Governo Federal em assuntos relacionados com a formação de trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas.

O SENAI Departamento Regional do Ceará, matriz, está localizado na Av. Barão de Studart, 1980, 2º Andar, Fortaleza, Ceará.

A entidade tem como principais fontes de receita, as contribuições compulsórias, previstas nos Artigos 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de Janeiro de 1942, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no segmento industrial. A Arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o industrial recolhe diretamente ao Departamento Regional, ou de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária ou guia do E-Social, paga à Receita Federal.

1.1 Impactos da pandemia provocados pelo COVID 19

Em 11 de março de 2020, foi considerado pela OMS – Organização Mundial da Saúde, o surto do Coronavírus, COVID-19 como uma pandemia mundial, em função dos níveis acelerados e crescentes da propagação do vírus a nível mundial. A economia mundial foi afetada por esta pandemia, o governo brasileiro ordenou a paralisação de várias atividades comerciais e por fim o isolamento social para evitar uma maior propagação do vírus.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Neste período de pandemia, o SENAI/CE efetuou várias ações para contribuir com a sociedade e minimizar os impactos do vírus, como a doação de 15 respiradores ao Governo Estadual, confecção para doação de máscaras e protetores faciais à rede pública e privada, aporte em treinamento de médicos da rede pública efetuado pelo SESI/CE, desenvolvimento do Elmo, em conjunto com várias entidades, que é um capacete respiratório não invasivo que auxilia pacientes em insuficiências respiratórias. Efetuou também a produção e doação de álcool gel 70%, e consertou ventiladores respiratórios da rede pública.

A Entidade teve suas operações afetadas por esta situação, a qual discorreremos os principais impactos e as medidas tomadas para atenuar os efeitos da pandemia:

▪ **Redução da Arrecadação Compulsória e Auxílios, conforme Medida Provisória nº 932/2020**

A arrecadação do SENAI/CE foi reduzida em 50%, conforme a Medida Provisória nº 932/2020, pelo prazo de 03 meses, correspondendo aos meses de Maio, Junho e Julho, bem como a alíquota de 3,5% que é retida pelo Governo Federal, sobre a arrecadação indireta, foi elevada para 7%, impactando numa queda considerável de arrecadação nestes meses. Com o fechamento de várias empresas, bem como a redução de jornada e salário, e suspensão ou redução de contratos de trabalho em até 120 dias, implementada pela MP nº 936/2020, a contribuição das empresas industriais também reduziu, impactando ainda mais na redução da receita arrecadada no período.

A arrecadação direta sofreu outros impactos, como a elevação da inadimplência, inclusive em parcelamentos já efetuados que deixaram de ser pagos, e várias renegociações foram efetuadas. No que tange a fiscalização da arrecadação direta várias empresas deixaram de enviar documentos necessários.

Para os Termos de cooperação técnica financeira (TCTF), onde as empresas por arrecadarem de forma direta, podem reverter o percentual de 3,5% que seria cobrado pela Receita Federal em cursos para seus colaboradores. Várias destas empresas contratavam o SENAI/CE para prestação de serviços de educação, porém em 2020 este valor não foi revertido em cursos, ficando o saldo para 2021, levando a uma redução na receita de serviços da instituição.

A instituição seguindo diretrizes do Departamento Nacional, efetuou algumas ações de resiliência, de forma a minimizar estes impactos, tais como: ações alinhadas às orientações da Receita Federal, possibilitando elasticidade de prazos nas defesas administrativas e recursos aos Conselhos em nossos processos de fiscalização e cobrança dos débitos notificados no ano de 2020, bem como emitiu as Resoluções nº 37/2020 (SENAI) e nº 0131/2020 (SESI) que possibilitou que os saldos dos valores retidos no ano de 2019 pelas empresas contribuintes fossem utilizados no ano de 2021. O sistema de geração de guias também foi adequado para atendimento à MP nº 932/2020, e o Polo de arrecadação criou o Plantão de dúvidas que deu todo o suporte necessário aos contribuintes.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****▪ Contratos com Clientes**

No que diz respeito aos contratos firmados com Clientes, a instituição teve um montante de 1.967 Contratos Cancelados de turmas do SENAI/CE, em função da paralisação das atividades. Os cancelamentos das matrículas de pessoa física foram realizados automaticamente no sistema, gerando créditos proporcionais para os alunos. Com isto, evitou-se faturamento e cobrança de títulos indevidos. Como ação de resiliência o envio de boletos pelos correios foi paralisado, e passou-se a receber os contratos de pessoa jurídica de forma digitalizada, com assinaturas digitais para maior agilidade no período de serviço e faturamento.

Durante a Pandemia ocorreram alterações em 4.023 Contratos de Pessoa Física, onde foram alterados os valores contratuais com descontos concedidos aos clientes. Mesmo com essas ações para minimizar o impacto financeiro para os clientes, houve uma elevação da inadimplência em 8,90% para contratos de pessoa física e em 1,34% nos de pessoa jurídica, onde a instituição adotou medidas de flexibilização nos prazos de pagamento, bem como a implantação de feirões de negociação entre os meses de outubro a dezembro de 2020.

▪ Investimentos e aplicações financeiras

Diante do cenário de taxa de juros em queda, aumento da dívida pública, comprovada pela liberação do auxílio emergencial fez com que os investidores percebessem que o risco do Brasil, por não honrar com os pagamentos das dívidas, aumentou. Dessa forma, é natural que o mercado precifique esse risco refletindo nas taxas de alguns investimentos e conseqüentemente na rentabilidade dos mesmos. Assim, os investimentos da instituição foram mantidos, concentrados nos Fundos exclusivos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses de 2,77%. A rentabilidade no ano continuou positiva.

▪ Receitas de convênios e projetos

Devido a paralisação de algumas atividades, os recursos de projetos recebidos principalmente do Departamento Nacional, não foram utilizados no período para aquisição de produtos e serviços. Mesmo com a suspensão das ações não houve projetos com entregas em atraso.

Dos 14 projetos vigentes na carteira de 2020, 1 (um) foi direcionado para enfrentamento da COVID-19 e 6 (seis) foram replanejados. Dos projetos que foram reformulados, bem como novos recebidos para o enfrentamento da COVID-19, temos:

- Sistema Automatizado IoT para Beneficiamento de Carne de Sol;
- Sistema de Gerenciamento e Manutenção de Painéis Solares Fotovoltaicos;
- Sistema de Inspeção para Visão Computacional em Linhas de Produção Contínua;
- Investimento em Educação Profissional PRO-00463/2019 Ofício 435/2019-Pres;
- Jornada da transformação digital do SENAI CE - Fase 2 - Premiação por Desempenho;
- Projeto de Investimento em Tecnologia e Inovação do SENAI CE PRO-06925/2018; e

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

- Auxílio Financeiro Emergencial para o SENAI/CE. PRO 1580/2020. Recurso recebido para auxiliar a instituição no período de queda da arrecadação (enfrentamento da COVID-19).

▪ **Contratos com fornecedores e aquisições**

Para os contratos com fornecedores não houve cancelamentos de contratos firmados, nem atrasos nas entregas em função da pandemia de COVID-19. Os contratos rescindidos no período ocorreram em função de finalização das respectivas prestações de serviços.

Pela determinação de 100% das atividades administrativas em home office, no período de abril a julho, houve paralisação ou redução instantânea de alguns serviços que são contratados e consumidos de acordo com a demanda, como por exemplo: energia, água, telefone, internet, alimentação, cópias e impressões, serviços de saúde, manutenções prediais, etc. Isso gerou uma economia orçamentária para a instituição, levando em consideração os valores projetados no orçamento para o mesmo período.

Para os demais contratos de prestação de serviço, foi realizada uma ação para negociar a redução em até 40% dos valores mensais pagos. Para os fornecedores que acataram a redução, foi formalizado Termo Aditivo ao contrato. Em relação a estes contratos aditivados, a entidade teve uma economia de R\$337.196,04, entres os meses de abril a agosto de 2020.

Com relação aos processos de aquisições de materiais de consumo, houve um esforço grande da área de suprimentos para efetuar as compras de insumos necessários ao enfrentamento do COVID-19, em função da escassez de materiais no mercado, bem como elevação dos preços destes, principalmente os necessários para a área de saúde.

Houve uma redução de 6,58% nas aquisições de 2020 em relação a 2019. A expectativa inicial era que houvesse um crescimento que não aconteceu devido a pandemia. Houve também queda em 52% no número de processos licitatórios em relação à 2019.

▪ **Custos com Pessoal e encargos**

A entidade neste período de pandemia de COVID-19 optou, conforme Medida provisória nº 936/2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, pela redução da jornada de trabalho e salário de seus colaboradores em 25%, com o objetivo de resguardar empregos. Tal medida foi pactuada mediante acordo coletivo celebrado junto a seus colaboradores pelo prazo de 120 dias, com início em 16 de abril de 2020 e término em 12 de agosto de 2020. Tal acordo coletivo foi prorrogado até 31 de dezembro de 2020 para adequação ao trabalho Home Office.

Em função da redução de jornada e salário, a instituição teve uma redução de custos com salários na ordem de R\$ 1.694.932,93, tendo em contrapartida gastos com ajudas de custos para os colaboradores que trabalharam em regime de home office, e ajuda compensatória paga a cada colaborador no valor de R\$350,00, no período em que houve a prorrogação do acordo coletivo. Todas essas ajudas de custos fizeram constar no acordo celebrado.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

Em relação aos recolhimentos para o plano de benefício definidos, no caso a Previdência Privada – PRECIN, que é calculada com base no salário dos colaboradores, foi identificado os seguintes impactos:

RECOLHIMENTOS

| MARÇO* | R\$ | 67.650,36 | |
|--------|-----|-----------|------|
| ABRIL | R\$ | 56.171,33 | -17% |
| MAIO | R\$ | 48.673,17 | -28% |
| JUNHO | R\$ | 47.349,17 | -30% |
| JULHO | R\$ | 50.374,23 | -26% |
| AGOSTO | R\$ | 56.817,51 | -16% |

*Recolhimentos das contribuições antes da adoção da MP nº 936/2020.

▪ Impostos e Contribuições

A Entidade nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, art.1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN RFB 1.234/2012, art.4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme Incisos I e II, art.46 deste Decreto, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

Em relação aos impostos retidos sobre notas de fornecedores, pelo fato das aquisições de serviços terem reduzido pela paralisação das atividades na pandemia, e redução e suspensão de contratos com fornecedores, houve uma queda de 16,36%, em relação a 2019.

▪ Processos judiciais

No que diz respeito aos processos judiciais, na pandemia de COVID-19 houve um aumento significativo dos valores de depósitos judiciais, bem como rápido andamento dos processos em todas as esferas, principalmente, a trabalhista.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

A instituição, também, utilizou outras medidas processuais para amenizar o impacto financeiro, como a previsão estabelecida no Art. 916 do Código Processual Civil (CPC), in verbis: *"No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês."*

Em relação à interposição de novas ações, esta instituição não detectou aumento de causas trabalhistas. Porém, identificou um aumento de processos que discutem a base de cálculo das contribuições do Sistema S.

Em relação ao contencioso da entidade, devido a pandemia, a instituição entende que não houve variações significativas, uma vez que todas as medidas foram tomadas com a máxima segurança jurídica, dentro dos parâmetros permitidos pela legislação.

No que diz respeito aos índices de atualizações de processos, neste período de pandemia, o Supremo Tribunal Federal – STF definiu o IPCA-e e Selic para correção monetária de débitos trabalhistas.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente aquelas aplicáveis às Entidades regidas pela Lei 4.320/64 e Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), e consonância com a Lei 11.638/07, bem como atendendo a padronização do Plano de Contas e Manual de padronização do Sistema Indústria.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Base de preparação

Declaração de conformidade

De acordo com o que dispõe o artigo 35 e 36, do Regimento do SENAI, aprovado pelo Decreto 494, de 10 de janeiro de 1962, atualizado pelo Decreto nº 6.635, de 08 de novembro de 2008, o processo de prestação de contas do Departamento Regional do SENAI será examinado pela Comissão de Contas do Conselho Regional que se manifestará através de parecer e posteriormente, será apreciada e votada pelo plenário do Conselho Regional em reunião específica, obedecendo os prazos regimentais.

A Administração da "Entidade" autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 11 de março de 2021.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- (a) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 4) - Esses valores são estimados com base no levantamento de títulos vencidos a mais de 180 dias, bem como os títulos destes clientes que possuem uma estimativa de perda prospectiva, considerando um possível não recebimento, conforme orienta o CPC 48 – Instrumentos financeiros;
- (b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – arrecadação direta (Nota nº 5) – Valores estimados pelo valor da causa, com base no tipo de risco “provável”;
- (c) Determinação das taxas de depreciação do Ativo Imobilizado (Notas nº 2.16 e 2.17);
- (d) Provisão para riscos processuais (Nota nº 16); e
- (e) Provisão para participação nos lucros (Nota nº 2.21).

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, bem como os mesmos são revistos periodicamente.

2.4 Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da entidade, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades do SENAI-CE estão representadas por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, principalmente, na área de educação.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são constituídas com base nos títulos vencidos acima de 180 dias, conforme preceitua o “CPC SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes”, a partir de uma análise individual dos vencimentos dos títulos. A entidade passou a estimar também os títulos destes clientes inadimplentes que ainda não estão vencidos, pois existe uma perspectiva de perda, conforme preceitua o CPC 48 – instrumentos financeiros.

2.8 Adiantamentos

Adiantamentos relacionados à salários, férias, 13º salário, adiantamentos a fornecedores e demais adiantamentos para realização de despesas de pagamento imediato.

2.9 Departamento conta movimento

Representam as operações financeiras entre o SENAI/CE e os Departamentos Nacional e Regionais da mesma Entidade.

2.10 Receitas a receber - Receitas de contribuições

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, provenientes da contribuição compulsória de 1% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, recolhida de forma direta através de convênio de arrecadação firmado diretamente com o SENAI-CE, ou indiretamente via GPS ou Guia e-social e repassadas ao SENAI.

2.11 Outras receitas a receber (circulante e não circulante)

São demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.12 Contas correntes ativas e passivas

Valores correspondentes a operações que constituem direitos ou obrigações realizadas junto aos centros de atividades, colaboradores ou terceiros.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****2.13 Estoques**

Os estoques são compostos de materiais utilizados para consumo, bem como materiais didáticos utilizados nos cursos prestados pela entidade. São mensurados pelo valor de custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando do seu consumo ou perecimento.

2.14 Despesas antecipadas

Valores pagos pela contratação de licenças, que são apropriados mensalmente nas contas de resultado, observando o período de vigência do contrato.

2.15 Depósitos para recursos judiciais

Depósitos efetuados em contas bancárias por ordem judicial, registrados pelo seu valor original.

2.16 Imobilizado

Os bens imóveis e móveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção.

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Em 2018 a entidade efetuou o *Impairment test*, e no exercício de 2020, apesar da pandemia de COVID-19, a administração avaliou não haver mudanças significativas que justificassem nova aplicação do teste de recuperabilidade.

A Entidade submete-se à Norma Geral de Patrimônio NPSG nº. 2014001 de 07/04/2014 do Sistema FIEC, em consonância também com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas ao setor público, NBC TSP 07.

Em relação à depreciação, os terrenos e os bens cedidos não são depreciáveis. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear a taxas anuais, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada para o exercício corrente.

| | Taxa média ponderada anual |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| Prédios | 2% |
| Mobiliário em geral | 10% |
| Máquinas e equipamentos em geral | 10% - 25% |
| Equipamentos de informática | 25% |
| Veículos | 8,33% - 20% |

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

2.17 Intangível

A entidade registra os gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A entidade não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos intangíveis, não havendo, portanto, a necessidade de aplicação do *impairment test*.

A vida útil dos bens intangíveis foi revisada, permanecendo o prazo anteriormente adotado, bem como a taxa anual para amortização dos bens intangíveis, conforme segue:

| | Taxa média ponderada anual |
|-----------|-------------------------------|
| Softwares | 25% |

2.18 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Geralmente, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante as parcelas vincendas no prazo do exercício social (12 meses), e o restante do saldo devedor é classificado no passivo não circulante. Em 31 de Dezembro de 2020, a instituição mantinha empréstimos apenas com o Departamento Nacional: Fundo de Reserva Financeira e o empréstimo BNDES, que sofreu impactos em relação à pandemia de COVID-19, conforme nota 14.

2.20 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas mensalmente, e ajustadas quando necessário.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

2.21 Benefícios a funcionários

(a) Participação nos lucros e bônus

A Instituição no exercício de 2017, aprovou junto ao Conselho Regional, o programa de participação nos lucros e resultados, com base em estudo feito por empresa de consultoria contratada. Tais participações são devidas, caso sejam atendidos alguns critérios de resultado global das entidades do Sistema FIEC, índice de liquidez compatível por entidade, bem como atingimento de metas de execução de receitas e despesas. Para o exercício de 2020, a entidade não distribuiu participação nos lucros, pois os indicadores não foram atingidos.

(b) Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

A instituição contribui para o Plano de Previdência Complementar Industrial - PRECIN, que é recolhido mensalmente para a empresa Icatu Fundo Multipatrocinado, administradora do fundo de pensão.

2.22 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, e atende aos seguintes critérios, de acordo com o CPC 47 – Receita de contratos com cliente:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- (e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A entidade atende aos critérios definidos pelo normativo, e contabiliza as receitas de acordo com a execução dos serviços prestados.

As receitas orçamentárias são constituídas pelas receitas correntes (da atividade própria) e receitas de capital.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

- (a) **Receitas correntes:** compostas pelas receitas de contribuições (arrecadação compulsória direta e indireta); receitas financeiras (aluguéis e rendimentos de valores mobiliários); receitas de serviços (serviços de consultoria e educacionais); outras receitas correntes (patrocínios e receitas financeiras) e transferências correntes (subvenções e auxílios, apoios financeiros e incentivo à produção);
- (b) **Receitas de capital:** receitas relacionadas à alienação de bens, apropriações de recursos financeiros destinados a atender às despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (subvenções e auxílios).

Em relação às despesas, compreendem os gastos realizados pelo SENAI/CE na manutenção de suas atividades, identificadas como despesas correntes e despesas de capital, conforme segue:

- (a) **Despesas correntes:** correspondem aos gastos necessários para manutenção das atividades da entidade. Composta pelas despesas com pessoal e encargos, ocupação e utilidades, transportes e viagens, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos e contribuições, e despesas diversas; e as transferências correntes (transferências regulamentares e auxílios a terceiros);
- (b) **Despesas de capital:** gastos incorridos e provisões classificáveis como investimentos com bens móveis e imóveis, inversões financeiras e transferências de capital (amortização da dívida).

2.23 Instrumentos financeiros**a) Ativos financeiros**

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** os ativos financeiros da Entidade são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem a caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber e departamento conta movimento. Na data do balanço, os ativos financeiros são avaliados para identificação da recuperabilidade de ativos.
- **Mensuração subsequente:** após mensuração inicial, os ativos financeiros são divulgados ao custo amortizado, sendo utilizado o método de juros efetivos.

b) Passivos financeiros

- **Reconhecimento inicial e mensuração:** os passivos financeiros da Entidade compreendem contas a pagar, fornecedores, empréstimos, financiamentos e convênios e acordos. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.
- **Mensuração subsequente:** após reconhecimento inicial, os empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e classificados como passivo circulante e não circulante, de acordo com o período de amortização total da transação.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Caixa | 6,91 | 1.000,00 |
| Banco conta movimento | 155.806,42 | 69.566,90 |
| Aplicações financeiras | 13.189.079,54 | 14.638.963,85 |
| Total | <u>13.344.892,87</u> | <u>14.709.530,75</u> |

As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. CONTAS A RECEBER

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Clientes | 4.801.721,59 | 4.322.688,16 |
| Subtotal | 4.801.721,59 | 4.322.688,16 |
| (-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de clientes | (1.261.467,11) | (954.240,10) |
| Subtotal | (1.261.467,11) | (954.240,10) |
| Total | <u>3.540.254,48</u> | <u>3.368.448,06</u> |

A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes, considerando os títulos vencidos acima de 180 dias, bem como estima também a perda prospectiva dos títulos a vencer destes clientes, conforme orienta o "CPC - SI (Sistema Indústria) - Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes" e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****5. RECEITAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS E VALORES**

| | 2020 | 2019 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| <u>Ativo Circulante</u> | | |
| Arrecadação indireta | 2.248.717,72 | 1.979.137,14 |
| Auxílio especial | 1.074.718,67 | 1.001.068,97 |
| Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta | 1.188.131,03 | 1.364.249,86 |
| Apropriação sobre 13º salário - auxílio especial | 370.927,47 | 435.361,13 |
| Convênios arrecadação direta | 656.524,43 | 580.411,22 |
| Outras receitas a receber - Pronatec/SENAILab/Conectividade e SENAI | 1.272.040,25 | 1.361.987,85 |
| Subtotal | 6.811.059,57 | 6.722.216,17 |
| <u>Ativo Não Circulante</u> | | |
| Receitas a receber - arrecadação direta | 1.357.928,02 | 1.118.318,58 |
| Outros créditos - parcelamento arrecadação direta | 222.284,52 | 348.931,38 |
| Outros créditos - licenças de softwares | 194.800,20 | - |
| Subtotal | 1.775.012,74 | 1.467.249,96 |
| (-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da arrecadação direta | (1.357.928,02) | (904.841,37) |
| Total | 7.228.144,29 | 7.284.624,76 |

Os valores correspondentes a perda estimada no recebimento dos valores a receber da arrecadação direta, foram efetuadas de acordo com a probabilidade de êxito da ação definida pela Gerência Jurídica do Sistema FIEC.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****6. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO**

| Ativo Circulante | 2020 | 2019 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Conta Movimento SESI | 5.913,12 | 13.158,17 |
| Conta Movimento FIEC | 606.315,00 | 606.315,00 |
| Conta Movimento IEL | - | 9.716,84 |
| Total | 612.228,12 | 629.190,01 |

| Passivo Circulante | | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Conta Movimento SESI | 70.617,84 | 354.336,52 |
| Conta Movimento FIEC | 67.322,47 | 312.987,24 |
| Conta Movimento IEL | 98.913,15 | 81.156,32 |
| Total | 236.853,46 | 748.480,08 |

Estas rubricas referem-se as transações com partes relacionadas, registros esses, das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

7. ESTOQUE

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Produtos para consumo e materiais didáticos | 2.142.330,76 | 1.675.095,61 |
| Total | 2.142.330,76 | 1.675.095,61 |

O estoque é pulverizado e substancialmente composto por materiais de consumo a serem utilizados na prestação de serviços da entidade, bem como para uso administrativo.

8. IMOBILIZADO

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Em 2018, a Entidade efetuou o *impairment test*, e no exercício de 2020, apesar da pandemia de COVID-19, a administração não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos ativos imobilizados.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

| SENAI DR CE | Custo | Depreciação Acumulada | Perda por <i>Impairment</i> | Líquido | |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------|
| | | | | 2020 | 2019 |
| Terrenos | 4.812.434,40 | - | (39.159,00) | 4.773.275,40 | 4.773.275,40 |
| Imóveis | 52.309.839,70 | (6.904.697,60) | (7.204.176,75) | 38.200.965,35 | 37.078.335,46 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10.291.743,08 | (1.502.775,80) | - | 8.788.967,28 | 8.692.756,33 |
| Veículos | 1.995.000,00 | (1.429.750,00) | - | 565.250,00 | 964.250,00 |
| Mobiliário em geral | 3.816.014,74 | (2.427.572,53) | (432.675,06) | 955.767,15 | 955.237,40 |
| Máquinas e equipamentos | 60.870.573,56 | (34.492.259,03) | (3.935.825,93) | 22.442.488,60 | 23.496.286,11 |
| Equipamentos de informática | 7.880.765,40 | (5.171.134,89) | (458.464,64) | 2.251.165,87 | 1.979.254,68 |
| Total | 141.976.370,88 | (51.928.189,85) | (12.070.301,38) | 77.977.879,65 | 77.939.395,38 |

A seguir, apresenta-se a movimentação do imobilizado no exercício:

| SENAI DR CE | 2019 | Adições | Baixas | Depreciação | Reversão de <i>Impairment</i> | 2020 |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------|
| Terrenos | 4.773.275,40 | - | - | - | - | 4.773.275,40 |
| Imóveis | 37.078.335,46 | 1.852.061,52 | - | (729.431,63) | - | 38.200.965,35 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 8.692.756,33 | 332.893,41 | (70.883,99) | (165.798,47) | - | 8.788.967,28 |
| Veículos | 964.250,00 | - | - | (399.000,00) | - | 565.250,00 |
| Mobiliário em geral | 955.237,40 | 209.005,46 | (164.634,97) | (53.453,74) | 9.613,00 | 955.767,15 |
| Máquinas e equipamentos | 23.496.286,11 | 3.280.347,22 | (599.128,79) | (3.751.769,92) | 16.753,98 | 22.442.488,60 |
| Equipamentos de informática | 1.979.254,68 | 915.531,11 | (171.138,10) | (472.481,82) | - | 2.251.165,87 |
| Total | 77.939.395,38 | 6.589.838,72 | (1.005.785,85) | (5.571.935,58) | 26.366,98 | 77.977.879,65 |

9. INTANGÍVEL

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

| SENAI DR CE | Custo | Amortização Acumulada | Perda por <i>Impairment</i> | Líquido | |
|------------------------------|------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------|------------------|
| | | | | 2020 | 2019 |
| Direitos de uso de softwares | 53.309,02 | (22.583,49) | (840,01) | 29.885,52 | 24.947,68 |
| Total | 53.309,02 | (22.583,49) | (840,01) | 29.885,52 | 24.947,68 |

A seguir, apresenta-se a movimentação do intangível no exercício:

| SENAI DR CE | 2019 | Adições | Depreciação | 2020 |
|------------------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| Direitos de uso de softwares | 24.947,68 | 16.110,00 | (11.172,16) | 29.885,52 |
| Total | 24.947,68 | 16.110,00 | (11.172,16) | 29.885,52 |

10. PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS – ATIVO CONTINGENTE

Conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o ativo contingente não deve ser reconhecido, porém, quando for **“provável”** a entrada de benefícios econômicos, o mesmo deve ser divulgado, conforme item 34 do CPC 25. O SENAI/CE possui processos na condição de autor junto à Justiça Estadual e Justiça Federal, com probabilidade de êxito **“provável”**, cabendo a divulgação desses valores:

| | 2020 | 2019 |
|------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Justiça Estadual | 1.192.152,97 | 1.192.152,97 |
| Justiça Federal | 139.151,75 | 139.151,75 |
| Justiça Federal (SESI e SENAI) | 150.000,00 | 150.000,00 |
| Justiça Federal - Contra todas as entidades (valor apenas SENAI) | 3.400.336,67 | 3.400.336,67 |
| Total | 4.881.641,39 | 4.881.641,39 |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****11. FORNECEDORES A PAGAR**

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Fornecedores - Pessoa Jurídica | 3.286.931,78 | 3.210.599,48 |
| Total | <u>3.286.931,78</u> | <u>3.210.599,48</u> |

Os saldos são compostos substancialmente por fornecedores de materiais e serviços necessários ao suprimento e manutenção da operação da entidade.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|-----------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Salários e encargos sociais | 1.264.008,12 | 1.201.544,84 |
| Provisão para férias e encargos sociais | 2.551.215,85 | 2.174.930,47 |
| IRRF a recolher | 379.269,92 | 386.722,60 |
| ISS a recolher | 56.306,02 | 30.696,69 |
| CSLL/PIS/COFINS a recolher | 112.445,90 | 102.558,39 |
| Contribuição sindical - SENALBA | - | 11,70 |
| Total | <u>4.363.245,81</u> | <u>3.896.464,69</u> |

13. CONVÊNIOS – ARRECADAÇÃO DIRETA

Referente aos valores devidos pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional, correspondente à 15% das arrecadações recebidas mensalmente das empresas conveniadas:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Convênios arrecadação direta | 1.008.827,36 | 1.015.768,54 |
| Total | <u>1.008.827,36</u> | <u>1.015.768,54</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A entidade possui duas linhas de financiamento, uma interna, firmada com o Departamento Nacional, e outra externa com o BNDES.

Financiamento externo: O Departamento Nacional contrata os valores diretamente com o BNDES, e em seguida repassa os recursos para os Departamentos Regionais. Em função da pandemia de COVID-19, este financiamento teve suspensão do pagamento das amortizações por 06 meses.

Financiamento interno: A entidade possui um empréstimo ativo com o Departamento Nacional, fundo de reserva financeira nº 000147, que também em função da pandemia de COVID-19, foi renegociado junto com suspensão do pagamento das amortizações por 03 meses. Desta forma, foi gerado novo contrato de nº 0278. Os recursos são provenientes do fundo de reserva constituído entre os Departamentos Regionais, com base na Resolução SENAI 524/2012, com a finalidade de supri-los de recursos financeiros para implementação de projetos específicos, alinhados à estratégia do Departamento Nacional.

Os valores dos empréstimos e financiamentos internos compreendem:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <u>Passivo Circulante</u> | | |
| Empréstimo FRF - NR 000147 | - | 3.233.492,93 |
| Empréstimo FRF - NR 0278 | 3.566.010,03 | - |
| Subtotal | <u>3.566.010,03</u> | <u>3.233.492,93</u> |
| <u>Passivo não circulante</u> | | |
| Empréstimo FRF - NR 000147 | - | 3.800.456,50 |
| Empréstimo FRF - NR 0278 | 926.896,53 | - |
| Subtotal | <u>926.896,53</u> | <u>3.800.456,50</u> |
| Total | <u><u>4.492.906,56</u></u> | <u><u>7.033.949,43</u></u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

Em relação aos empréstimos e financiamentos externos:

Passivo Circulante

| | 2020 | 2019 |
|----------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| BNDES - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção | 120.578,88 | 105.033,72 |
| BNDES - Aditivo II - Empreend. IST | 909.329,28 | 796.629,48 |
| BNDES - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação | 122.109,60 | 107.305,56 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WCC | 250.913,76 | 225.193,11 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WDS | 138.779,04 | 123.183,44 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento Certrem | 13.257,48 | 11.938,91 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento AUA | 547.444,92 | 478.541,78 |
| BNDES - Aditivo V - Empreendimento AABMS | 47.724,96 | 43.194,61 |
| BNDES - Aditivo V - Empreendimento sobral | 23.775,72 | 21.348,11 |
| BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletroeletrônica | 169.097,31 | 149.519,80 |
| BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Madeira mobiliária | 271.964,85 | 240.477,68 |
| Atualização monetária - aditivo I | 310,17 | 4.129,68 |
| Atualização monetária - aditivo II | 2.354,87 | 31.321,56 |
| Atualização monetária - aditivo III | 314,06 | 4.218,96 |
| Atualização monetária - aditivo IV | 3.966,72 | 32.981,76 |
| Atualização monetária - aditivo V | 1.375,25 | 17.871,36 |
| Subtotal | 2.623.296,87 | 2.392.889,52 |

Passivo não circulante

| | | |
|----------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| BNDES - Aditivo I - Unid. Móvel Confecção | 703.376,80 | 717.730,34 |
| BNDES - Aditivo II - Empreend. IST | 5.910.640,32 | 5.974.721,18 |
| BNDES - Aditivo III - Unid. Móvel Panificação | 844.591,40 | 849.502,56 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WCC | 1.840.034,24 | 1.876.609,17 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento WDS | 1.017.712,96 | 1.026.528,61 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento Certrem | 97.221,52 | 99.491,01 |
| BNDES - Aditivo IV - Empreendimento AUA | 4.014.596,08 | 3.987.848,11 |
| BNDES - Aditivo V - Empreendimento AABMS | 401.685,08 | 406.544,23 |
| BNDES - Aditivo V - Empreendimento sobral | 200.112,31 | 201.038,70 |
| BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Eletroeletrônica | 1.423.235,72 | 1.408.053,11 |
| BNDES - Aditivo V - Unid. Móvel Madeira mobiliária | 2.289.037,46 | 2.264.618,74 |
| Atualização monetária - aditivo I | 1.809,30 | 30.623,12 |
| Atualização monetária - aditivo II | 15.306,65 | 254.694,04 |
| Atualização monetária - aditivo III | 2.172,26 | 36.195,73 |
| Atualização monetária - aditivo IV | 29.089,32 | 297.722,09 |
| Atualização monetária - aditivo V | 11.566,52 | 182.122,02 |
| Subtotal | 18.802.187,94 | 19.614.042,76 |
| Total | 21.425.484,81 | 22.006.932,28 |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

No final do exercício de 2020, a entidade procedeu com a atualização do saldo devedor do financiamento contratado junto ao BNDES, com base na URTJLP de 2,051696 de 31 de dezembro de 2020, procedendo o ajuste a valor justo da dívida.

15. CONVÊNIOS

Valores correspondentes aos projetos e convênios firmados com o Departamento Nacional e demais entidades, que não efetuaram as prestações de contas na sua totalidade, uma vez que as receitas estão sendo apropriadas de acordo com a realização da despesa correspondente e andamento dos projetos.

Os impactos em relação aos projetos, por conta da pandemia de COVID-19, estão citados no tópico 1.1.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|----------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| PJ 279803 SIST GER E MAN PAINES SOL A R E S | 84.865,29 | 111.427,75 |
| PJ MOCAMBIQUE JICA | 996.230,93 | 1.937.866,75 |
| PJ AUX. CONST. TECNOL TEXTIL | - | 865.938,27 |
| PJ 270430 SISTEMA AUTOMATIZADO IOT | 1.547,50 | 28.556,40 |
| PJ 328223 PREMIACAO DESEMPENHO FASE 2 | 68.220,65 | - |
| PJ 307754 INVESTIMENTO EM EDUCACAO S E N A I | 245.289,45 | 3.943.782,40 |
| PJ 329984 INVESTIMENTO TECNOLOGIA SENAI | 1.779.009,44 | - |
| PJ 327216 SIST INSP VISAO COMPUTACIONAL | 47.020,00 | - |
| PJ CETIQT TAA 036\2020 | 473.886,20 | - |
| PJ 330192 SISTEMA REALIDADE AUMENTADA | 116.831,68 | - |
| CONV SENAI/FINEP AG.1369-2 C/C-28469 - 6 | - | 1.883,02 |
| CONVENIO MDIC | - | 227.303,31 |
| Total | <u>3.812.901,14</u> | <u>7.116.757,90</u> |

16. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A entidade é parte em diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do setor Jurídico da instituição. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****16.1 Composição das provisões**

As provisões estão constituídas com base na avaliação da Gerência Jurídica da instituição, para processos com possibilidade de perda “**Provável**”. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão assim representadas:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------|----------------------------|----------------------------|
| Justiça Trabalhista | 1.029.021,49 | 1.207.646,49 |
| Justiça Estadual | 13.360,00 | 14.560,00 |
| Total | <u>1.042.381,49</u> | <u>1.222.206,49</u> |

Segue abaixo a movimentação em 2020 dos processos judiciais que tiveram baixa, inclusão ou alteração de valor de causa:

| | <u>2019</u> | <u>ADIÇÕES</u> | <u>BAIXAS</u> | <u>2020</u> |
|---------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Justiça Trabalhista | 1.207.646,49 | 283.656,91 | (462.281,91) | 1.029.021,49 |
| Justiça Estadual | 14.560,00 | - | (1.200,00) | 13.360,00 |
| Total | <u>1.222.206,49</u> | <u>283.656,91</u> | <u>(463.481,91)</u> | <u>1.042.381,49</u> |

16.2 Passivo Contingente

A entidade é ré em ações de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, onde existe uma “**Possível**” probabilidade de perda, e tais valores não são provisionados, conforme NBC TG 25, este Passivo Contingente deve ser divulgado, como segue:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Justiça Trabalhista - Todas as entidades | | |
| (a) | - | 50.000,00 |
| Justiça trabalhista | 76.468,53 | - |
| Justiça Estadual | 14.923,97 | 4.240,00 |
| Justiça Federal - (Cíveis SESI e SENAI) | 11.100,00 | 11.100,00 |
| Total | <u>102.492,50</u> | <u>65.340,00</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

Abaixo, apresenta-se a movimentação no exercício dos processos judiciais com perda possível, passivo contingente que tiveram baixa, inclusão ou alteração de valor de causa:

| | <u>2019</u> | <u>ADIÇÕES</u> | <u>BAIXAS</u> | <u>2020</u> |
|-----------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Justiça Trabalhista - Todas as entidades (a) | 50.000,00 | - | (50.000,00) | - |
| Justiça trabalhista | - | 76.468,53 | - | 76.468,53 |
| Justiça Estadual | 4.240,00 | 10.683,97 | - | 14.923,97 |
| Justiça Federal - (Cíveis SESI e SENAI) | 11.100,00 | - | - | 11.100,00 |
| Total | <u>65.340,00</u> | <u>87.152,50</u> | <u>(50.000,00)</u> | <u>102.492,50</u> |

(a) O processo trabalhista corresponde a ação impetrada por colaborador desligado contra todas as casas, não havendo como individualizarmos os valores requeridos pelo mesmo, tendo em vista que o pedido realizado não foi específico por cada casa, mas compuseram um pedido geral para todas elas.

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R\$ 65.489.974,98 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) representa a situação patrimonial da entidade, posição em 31 de dezembro de 2020, cuja aumento em relação ao exercício anterior em face do superávit apurado foi R\$ 5.786.961,72, como segue demonstrado a seguir:

| | <u>2020</u> |
|--------------------------------------------|----------------------------|
| Superávit orçamentário 2020 | 2.719.785,22 |
| (+) Variações patrimoniais ativas | |
| Resultante de execução orçamentária | 6.534.132,67 |
| Independente de execução orçamentária | 944.856,37 |
| Variações financeiras | 11.410.971,48 |
| Subtotal | 21.609.745,74 |
| (-) Variações patrimoniais passivas | |
| Resultante de execução orçamentária | - |
| Independente de execução orçamentária | (7.435.566,93) |
| Variações financeiras | (8.387.217,09) |
| Subtotal | (15.822.784,02) |
| Total | <u>5.786.961,72</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

A seguir, apresenta-se a composição do patrimônio social:

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Patrimônio social acumulado | 59.703.013,26 | 47.540.885,13 |
| Adicionado ao exercício | 5.786.961,72 | 12.162.128,13 |
| Total | <u>65.489.974,98</u> | <u>59.703.013,26</u> |

18. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do exercício está demonstrada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 (gestão orçamentária), apresentando os seguintes resultados:

| | <u>Dotação</u> | <u>Realização</u> |
|---------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Receitas correntes | 103.759.199,51 | 85.278.217,28 |
| Receitas de capital | 9.788.440,49 | 8.198.194,57 |
| Total | <u>113.547.640,00</u> | <u>93.476.411,85</u> |
| | <u>Dotação</u> | <u>Realização</u> |
| Despesas correntes | 88.579.121,71 | 74.372.895,66 |
| Despesas de capital | 24.968.518,29 | 16.383.730,97 |
| Total | <u>113.547.640,00</u> | <u>90.756.626,63</u> |

Ainda, em relação aos valores arrecadados e gastos pela entidade no exercício de 2020, verificou-se a seguinte participação das principais receitas e despesas, de forma comparativa com o exercício anterior.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|----------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Receitas | | |
| Contribuições (a) | 43.933.974,81 | 50.904.296,90 |
| Patrimoniais (b) | 629.918,76 | 787.837,00 |
| Serviços | 15.586.158,78 | 19.127.181,56 |
| Outras receitas correntes (c) | 1.806.440,45 | 6.267.557,96 |
| Subvenções e auxílios regul./regimentais (d) | 6.840.951,91 | 7.948.074,56 |
| Convênios (e) | 229.186,33 | 1.206.714,11 |
| Apoios financeiros (f) | 16.251.586,24 | 10.855.130,15 |
| Receitas de capital (g) | 8.198.194,57 | 3.778.763,57 |
| Total | <u>93.476.411,85</u> | <u>100.875.555,81</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Despesas | | |
| Pessoal e encargos sociais | 47.478.133,61 | 50.924.030,88 |
| Ocupação e utilidades | 3.042.124,66 | 3.968.348,95 |
| Material de consumo | 2.095.967,34 | 3.942.005,18 |
| Transportes e viagens | 549.138,74 | 1.459.695,25 |
| Serviços de terceiros (h) | 16.245.034,51 | 16.782.039,59 |
| Outras despesas correntes | 314.925,67 | 195.777,80 |
| Despesas financeiras | 1.608.232,34 | 2.353.100,13 |
| Impostos, taxas e contribuições | 52.037,19 | 55.178,88 |
| Despesas diversas (i) | 1.336.913,65 | 1.316.699,39 |
| Contrib./transf. regul./regimentais (j) | 1.580.776,45 | 1.867.210,75 |
| Auxílios a terceiros | 69.611,50 | 70.344,00 |
| Despesas de capital | 16.383.730,97 | 17.941.125,01 |
| Total | <u>90.756.626,63</u> | <u>100.875.555,81</u> |

(a) Receitas de contribuições: compostas pelas arrecadações direta e indireta.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|-----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Contribuição compulsória direta | 21.365.575,76 | 25.298.200,73 |
| Contribuição compulsória indireta | 22.568.399,05 | 25.606.096,17 |
| Total | <u>43.933.974,81</u> | <u>50.904.296,90</u> |

(b) Receitas financeiras.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Aluguéis | 279.401,20 | 125.947,86 |
| Rendimentos de aplicação financeira | 350.517,56 | 661.889,14 |
| Total | <u>629.918,76</u> | <u>787.837,00</u> |

(c) Outras receitas correntes: correspondem aos valores recebidos a título de recuperação de despesas; indenizações e restituições; receitas financeiras (juros e multa); patrocínios; e “saldo de exercícios anteriores” relacionado à apropriação de parte do saldo financeiro líquido do exercício anterior, tendo em vista a abertura de crédito orçamentário adicional, nos termos da Lei 4.320/64, art. 43, parágrafo I, inciso I. O lançamento é realizado em outras receitas correntes em contrapartida à variação patrimonial passiva, ou seja, sem influenciar no resultado patrimonial.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Recuperação de despesas | 1.566.675,13 | 1.965.754,83 |
| Receitas financeiras | 171.038,91 | 213410,43 |
| Indenizações e restituições | 63.726,41 | 727.301,72 |
| Saldo de exercícios anteriores | - | 3.361.090,98 |
| Receitas de patrocínios | 5.000,00 | - |
| Total | <u>1.806.440,45</u> | <u>6.267.557,96</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

(d) Subvenções e auxílios regulamentares e regimentais são valores referentes às subvenções especiais, repassadas pelo Departamento Nacional, calculados com base nos valores arrecadados da contribuição compulsória indireta.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------|----------------------------|----------------------------|
| Auxílio especial | 6.840.951,91 | 7.948.074,56 |
| Total | <u>6.840.951,91</u> | <u>7.948.074,56</u> |

(e) Convênios: captação de recursos decorrente de convênios firmados entre entidades do Sistema Indústria e outras entidades (públicas, privadas, sindicatos, etc.).

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------|--------------------------|----------------------------|
| Convênio SENAI/MDIC | 227.303,31 | 770.196,69 |
| Convênio Navipeças | 1.883,02 | 436.517,42 |
| Total | <u>229.186,33</u> | <u>1.206.714,11</u> |

(f) Apoios financeiros: valores apropriados no resultado relativos aos projetos estratégicos e apoios para eventos, modernização da gestão, bem como valores recebidos do Departamento Nacional a título de incentivo à produção, os quais são destinados a atender a manutenção e ampliação de programas de atendimento à indústria e trabalhadores. Em 2020 também foi recebido o Auxílio Emergencial, remetido pelo Departamento Nacional para auxiliar os Departamentos Regionais nesse período de pandemia COVID-19.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Feiras e eventos | 60.000,00 | 180.000,00 |
| Modernização da gestão | - | 1.984.269,79 |
| Emergenciais | 9.970.000,00 | - |
| Projetos estratégicos | 6.158.586,24 | 8.384.960,36 |
| Incentivo à produção | 63.000,00 | 305.900,00 |
| Total | <u>16.251.586,24</u> | <u>10.855.130,15</u> |

(g) Receitas de capital: constam as receitas de alienação de bens móveis, que são vendidos através de leilão público, bem como as operações de créditos interna e externa, e receita de auxílios extraordinários.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)**

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Operações de crédito internas (FRF) | 5.921.701,18 | - |
| Operações de crédito externas (BNDES) | 479.836,88 | 701.047,98 |
| Alienação de bens móveis | 94.816,20 | 329.870,00 |
| Auxílios extraordinários | 1.701.840,31 | 2.747.845,59 |
| Total | <u>8.198.194,57</u> | <u>3.778.763,57</u> |

(h) Serviços de terceiros.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|--------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Traduções | 2.430,00 | - |
| Assessoria e consultoria | 4.974.105,10 | 3.525.335,08 |
| Auditoria | 36.426,88 | 41.451,85 |
| Informática | 853.388,75 | 746.116,44 |
| Médicos e laboratoriais | 84.166,18 | 77.574,13 |
| Publicidade e propaganda | 969.341,98 | 1.048.941,52 |
| Promoções e eventos | 467.250,30 | 292.625,01 |
| Técnicos e educação profissional | 69.731,70 | 87.966,79 |
| Serviço de limpeza e conservação | 2.202.067,03 | 2.333.155,49 |
| Manutenção e reparo de bens móveis/imóveis | 632.734,27 | 980.544,83 |
| Segurança e vigilância | 1.663.873,52 | 1.509.742,97 |
| Locação de máquinas e equipamentos | 146.282,77 | 413.823,42 |
| Locação de veículos | 382.200,97 | 258.991,30 |
| Assinatura de periódicos anuidade | - | 2.372,40 |
| Seguros | 44.186,15 | 80.071,51 |
| Serviços gráficos, cópias e reproduções | 92.129,23 | 141.427,18 |
| Serviços de comunicação em geral | 895.611,48 | 883.564,91 |
| Técnicos especializados | 975.638,80 | 1.523.530,65 |
| Fretes e transporte de encomendas | 120.429,96 | 106.521,53 |
| Reversão de contrib. Indústria | 853.797,48 | 1.030.770,52 |
| Transportes urbanos | 47.643,99 | 124.214,07 |
| Patrocínios | 118.700,00 | 603.000,00 |
| Despesas de alimentação | 467,09 | 7.201,03 |
| Treinamentos e ações de capacitação | - | 227.244,33 |
| Aquisição de direito de uso | 612.148,35 | 735.822,10 |
| Outros serviços de terceiros | 282,53 | 30,53 |
| Total | <u>16.245.034,51</u> | <u>16.782.039,59</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****(i) Despesas diversas.**

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Arrecadação indireta | 893.889,60 | 896.213,38 |
| Judiciais, cartoriais e editais | 4.715,46 | 46.643,49 |
| Jetons | 107.224,80 | 95.009,60 |
| Provisão de devedores duvidosos | 330.699,29 | 278.090,42 |
| Pedágio e estacionamento | 384,50 | 742,50 |
| Total | <u>1.336.913,65</u> | <u>1.316.699,39</u> |

(j) Contrib./transf. regul./regimentais.

| | <u>2020</u> | <u>2019</u> |
|-------------------|----------------------------|----------------------------|
| Contribuição FIEC | 687.974,45 | 816.738,57 |
| Contribuição IEL | 892.802,00 | 1.050.472,18 |
| Total | <u>1.580.776,45</u> | <u>1.867.210,75</u> |

19. BALANÇO FINANCEIRO

Os recursos da Entidade estão demonstrados através do Balanço Financeiro, que obedece ao modelo da Lei nº 4.320/64, evidenciando os valores recebidos, as despesas pagas e as disponibilidades financeiras iniciais e finais, conforme demonstrado:

| | <u>2020</u> |
|------------------------------------|------------------------------|
| Saldo do exercício anterior | 14.709.530,75 |
| (+) Recursos recebidos | |
| Receitas orçamentárias | 93.476.411,85 |
| Receitas extra orçamentárias | 2.344.710,53 |
| Variações patrimoniais ativas | 11.410.971,48 |
| Total de recursos recebidos | 107.232.093,86 |
| (-) Aplicações de recursos | |
| Despesas orçamentárias | (90.756.626,63) |
| Despesas extra orçamentárias | (9.452.888,02) |
| Variações patrimoniais passivas | (8.387.217,09) |
| Total de aplicações de recursos | (108.596.731,74) |
| Total | <u>13.344.892,87</u> |
| Déficit do exercício | <u>(1.364.637,88)</u> |

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)****20. SEGUROS**

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela “Entidade”, está demonstrada a seguir:

| Modalidade do seguro | Vigência | Importância segurada |
|-----------------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Bens imóveis (incêndio/raio/explosão) | 04/10/2020 até 04/10/2020 | 30.920.000,00 |
| Bens imóveis (danos elétricos) | 04/10/2020 até 04/10/2020 | 3.900.000,00 |
| Bens imóveis (desmoronamento) | 04/10/2020 até 04/10/2020 | 3.000.000,00 |
| Bens imóveis (vendaval/furacão/ciclone/chuva) | 04/10/2020 até 04/10/2020 | 6.350.000,00 |
| Bens imóveis (responsabilidade civil) | 04/10/2020 até 04/10/2020 | 5.150.000,00 |
| Bens imóveis (equipamentos eletrônicos) | 04/10/2020 até 04/10/2020 | 1.800.000,00 |
| Danos materiais – veículos | 29/08/2020 até 29/08/2021 | 150.000,00 |
| Danos corporais – veículos | 29/08/2020 até 29/08/2021 | 150.000,00 |
| TOTAL | | 51.420.000,00 |

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade avaliou possíveis eventos subsequentes à luz das normas vigentes e entende que não existem fatos a serem divulgados que possam ter impacto sobre os demonstrativos contábeis.

* * *

Ana Carolina Pereira Dutra Miranda
Gerente de Contabilidade
CRC-CE 019258/O-0

Paulo André de Castro Holanda
Diretor Regional do SENAI DR CE



Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Andre De Castro Holanda, Paula

Angela Maria Cardoso De Andrade e Ana Carolina Pereira Dutra Miranda

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sfipec.portaldeassinaturas.com.br>

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sfipec.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 3F87-9AED-5F58-0712.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema FIEC. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sfiec.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3F87-9AED-5F58-0712> ou vá até o site <https://sfiec.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3F87-9AED-5F58-0712



Hash do Documento

108ACB6846DED5F80F546D2C929D94F382E7D166BE433E1575F4F1477F6DEF84

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/03/2021 é(são) :

- PAULO ANDRE DE CASTRO HOLANDA (DIRETOR REGIONAL DO SENAI) - 314.802.683-72 em 17/03/2021 14:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- PAULA ANGELA MARIA CARDOSO DE ANDRADE (GERENTE CORPORATIVA DE OPERACOES) - 381.557.293-20 em 17/03/2021 12:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ANA CAROLINA PEREIRA DUTRA MIRANDA (GERENTE DE CONTABILIDADE) - 865.332.153-53 em 17/03/2021 11:53 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital